



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

PROCESSO Nº 117/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DENOMINADO ZONA AZUL NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA.

TEXTO EM PORTUGUÊS
2017



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2017 PROCESSO Nº 118/2017 “PREÇO DO TIPO TÉCNICA E PREÇO”

A comissão de licitação, no uso de suas atribuições legais, torna pública que fará realizar às **09h00min do dia 01 de agosto de 2017**, na Sala de reuniões da Prefeitura de Medianeira, situada na Rua Argentina 1546, perante a Comissão Permanente de Licitação designada pela portaria 153/2017 de 15/03/2017, que receberá os envelopes de documentação e proposta, visando à contratação de empresa especializada na elaboração de estudo e projeto de viabilidade técnica e econômica para a implantação do estacionamento rotativo denominado zona azul no Município de Medianeira, com necessidades e especificações constantes deste edital e seus anexos.

Os serviços ora licitados objetivam atender à solicitação do Meditrans - Departamento de Transito do Município de Medianeira, na modalidade **"TOMADA DE PREÇOS"**, através do tipo **"TÉCNICA E PREÇO"**.

CAPÍTULO I – OBJETO

1 Contratação de empresa especializada na elaboração de estudo e projeto de viabilidade técnica e econômica para a implantação do estacionamento rotativo denominado zona azul no Município de Medianeira.

1.1 Os serviços deverão atender as exigências e necessidades especificadas no edital em sua totalidade, conforme segue:

Item	Descrição	Valor Total Máximo
1	ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO DENOMINADO ZONA AZUL NO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA	35.000,00

CAPÍTULO II – GENERALIDADES

2.1 SUPORTE LEGAL

2.1.1 A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, observando-se, no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014 e demais legislações aplicáveis, pelas disposições contidas neste Edital com todos os seus anexos e documentos nele mencionados (Modelos e Especificações) e demais legislações pertinentes.

2.2 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

2.2.1 O prazo de execução e vigência do contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado se assim entender conveniente à administração pública.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

2.3 PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

2.3.1 O preço total máximo admitido é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

2.4 RECURSOS FINANCEIROS

2.4.1 O custeio do objeto da presente Licitação dar-se-á com recursos próprios constantes da(s) rubrica(s) orçamentária(s):

11.04.15.451.0027.2.096-3.3.90.39.99 – FR 000-3102

2.5 PROTOCOLO DOS ENVELOPES Nº 01, Nº 02 E Nº 03

2.5.1 O licitador não assume responsabilidade com a proposta (envelopes nº 01 e 02) da proponente que não adquiriu este edital, seus modelos e anexos diretamente do licitador. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos.

2.5.2 Os envelopes serão entregues a Comissão Permanente de Licitações, protocolados no protocolo geral da Prefeitura de Medianeira, até a data, horário e local indicado no preâmbulo do presente edital, contendo: Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação, Envelope nº 02 – Proposta Técnica e Envelope 03 - Proposta de Preços.

2.5.3 Não serão aceitas propostas via fax e documentos entregues além do prazo estipulado.

2.5.6 As datas mencionadas no presente Edital foram consideradas como dias úteis. Não o sendo, considerar a data útil imediatamente posterior.

2.5.7 Todos os avisos pertinentes da presente licitação serão publicados no site do Município (www.medianeira.pr.gov.br) e jornal oficial do Município.

2.5.8 O Edital pode ser impugnado, motivadamente, e no caso de Impugnação do presente Edital, deverão ser obedecidas as seguintes datas limite:

2.5.8.1 Impugnação por qualquer cidadão até o 5º (quinto) dia útil antes da data fixada para a abertura da licitação.

2.5.8.2 Impugnação por qualquer empresa interessada em participar da presente licitação até o 2º (segundo) dia útil antes da data fixada para a abertura da licitação.

2.5.8.3 A impugnação deve ser protocolada no protocolo geral da Prefeitura de Medianeira.

2.6 DOCUMENTOS INSTRUTORES DA LICITAÇÃO

2.6.1 Os documentos que instruem esta Licitação são os seguintes:

Anexo I - Termo de Referência – Especificações do Objeto

Anexo II - Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (modelo)

Anexo III – Declaração de Idoneidade

Anexo IV – Declaração que não emprega menor

Anexo V – Declaração de Nepotismo

Anexo VI – Minuta do Contrato

CAPÍTULO III – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Respeitadas às condições legais e as constantes deste Edital poderá participar desta Licitação qualquer interessado que, na fase inicial de



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

habilitação preliminar, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital para execução de seu objeto.

3.2 Não poderão participar da presente Licitação:

- a) Empresas abrigadas sob a condição de consórcio;
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c) Empresa que se encontre suspensa, ainda que, temporariamente de licitar e contratar com a administração pública;
- d) Empresa em processo de falência;
- e) Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, sejam membros da Administração da Licitante;
- f) Empresa da qual consta como sócio cotista ou dirigente, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante. (Acórdão 2745/2010 TCE/PR).

CAPÍTULO IV – COMPOSIÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 Os envelopes (nº 01, nº 02 e nº 03) com todos os seus anexos deverá ser apresentada da seguinte forma:

4.1.1 Encadernada de forma a não conter folhas soltas, sem emendas, rasuras ou borrões, contendo folha de rosto com a mesma indicação da capa e sumário dos documentos apresentados. As folhas deverão ser numeradas em ordem crescente e devidamente rubricadas, e o texto impresso de um só lado.

4.1.2 Em meio digital/eletrônico (Pen Drive), em formato PDF/A, contendo todos os documentos apresentados nos envelopes nºs. 01, 02 e 03, no envelope da proposta de preços.

4.2 As Proponentes deverão apresentar 03 (três) envelopes, devidamente lacrados, contendo externamente as seguintes informações:

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA/PR
ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 01/08/2017 às 09h00min**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA/PR
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 01/08/2017 às 09h00min**

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA/PR
ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 01/08/2017 às 09h00min**



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

4.3 O envelope nº 01 – HABILITAÇÃO – deverá conter as informações/documentos exigidos nos itens **5.1, 5.2, 5.3 e 5.4** deste Edital, o envelope nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA – deverá conter os documentos/informações exigidos nos itens **5.5** deste Edital e o envelope nº 03 PROPOSTA DE PREÇOS – deverá conter os documentos/informações exigidos nos itens 5.6 deste edital.

4.4 A apresentação da proposta fará prova de que a Proponente:

4.4.1 Não tem dúvidas sobre quaisquer dos documentos que compõem o Edital e demais elementos instrutores da licitação, não podendo reivindicar posterior desconhecimento ou falta de recebimento das partes que o integra.

4.4.2 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obtiveram expressamente todas as informações necessárias para a apresentação da proposta.

4.4.3 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital.

4.4.4 Considerou que o Edital e seus anexos referentes a esta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

4.4.5 Dispõe dos equipamentos e pessoal necessários para a execução dos serviços.

4.4.6 Incluíram nos preços ofertados todas as despesas com o estudo, manutenção e encargos a seguir relacionados, quando existirem: todos os materiais, equipamentos e ferramentas, administração local e central, controle tecnológico de qualidade que forem necessários, mão-de-obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, infortunística do trabalho e outros fenômenos da natureza, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a prestação dos serviços, custos e lucros, bem como dissídios e acordos coletivos, vigentes na data da proposta.

CAPÍTULO V – DOCUMENTOS E MODELOS QUE DEVERÃO COMPOR A HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

O Envelope nº 01 conterá a comprovação da habilitação da Proponente do ponto de vista jurídico, fiscal, econômico e financeiro.

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1 Certificado de Cadastro de Fornecedores emitido pelo Município licitador, em vigência na data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

5.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado, de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.3 Inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.1.1.4 Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

5.1.1.5 Declaração em papel timbrado da empresa que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei 8.666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, conforme Anexo IV deste Edital.

5.1.1.6 Declaração da inexistência Nepotismo em papel timbrado da empresa, conforme Anexo V.

5.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.2.1 Declaração em papel timbrado da empresa de inexistência de fato impeditivo para licitar, conforme Anexo III deste Edital.

5.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

5.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Último exercício social, já exigíveis e apresentáveis na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira da licitante, vedada a substituição por balancetes.

5.3.2 Certidões Negativas de falência ou recuperação judicial da Proponente, fornecidas pelos Cartórios Distribuidores Judiciais da sede da Proponente, emitidas em até no máximo 60 dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.

5.4 HABILITAÇÃO FISCAL

5.4.1- Prova de regularidade com as Fazendas:

5.4.1.1 Federal e INSS, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e á dívida ativa da união, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional na sede da empresa.

5.4.1.2 Estadual mediante certidão negativa de tributos estaduais emitida pela respectiva secretaria do estado do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

5.4.1.3 Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva secretaria do município do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

5.4.1.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante CRF (Certidão Regularidade Fiscal).

5.4.1.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.4.1.6 A documentação deverá ser apresentada em vias originais ou cópias, por qualquer processo legal, autenticadas sem emenda ou rasuras.

Parágrafo único: É vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originalmente da documentação.

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA

O Envelope nº 02 conterà a comprovação da técnica

5.5 A Proposta Técnica deverá reunir os elementos da avaliação da capacidade e qualificação das licitantes para a execução dos serviços objeto desta licitação.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

5.5.1 A proposta técnica deverá ser apresentada em 1 (uma) via, sem emendas ou rasuras, encadernada, com as páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal da Empresa e assinada na última folha. As páginas deverão obedecer ao formato de A4.

5.5.2 A proposta técnica deverá ser redigida em português, com exceção dos termos técnicos.

5.2.1 Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado de ter prestado ou estar prestando serviços da mesma natureza ora licitado com bom grau de satisfação.

5.2.2 Declaração indicando pelo menos 2 profissionais no quadro de pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa licitante.

5.2.3 O quadro de pessoal a que se refere o item anterior deverá contar com: Profissional com formação de nível superior na área de mobilidade urbana.

5.2.4 A comprovação do vínculo dos profissionais mencionados acima, quando empregados, poderá ser feita através de CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) assinada ou contrato de prestação de serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante, ou caso seja sócio a comprovação será através de Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto.

5.2.6 Certidão de regularidade cadastral perante o CREA ou CAU.

5.5.3 Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

a) Não alcançarem, no total, a pontuação mínima de 60% (sessenta por cento) do total de pontos.

b) Obtiverem pontuação 0 (zero) em qualquer um dos quesitos obrigatórios.

5.5.4 Todo o material apresentado pelas empresas licitantes passará a pertencer imediatamente à Administração Pública, podendo a mesma utilizá-lo no todo ou em parte.

5.5.5 Cada licitante poderá apresentar somente uma proposta técnica.

ENVELOPE Nº 03 – PROPOSTA DE PREÇOS

5.6 No envelope nº 03 deverá conter a Proposta de Preços com o valor total dos serviços, obedecendo sob pena de desclassificação, ao que se segue:

a) Ser formulada e 01 (uma) via, sem alternativas, emendas, rasuras ou entre linhas, contendo no mínimo a Razão Social do proponente e CNPJ, datada e assinada por seu representante legal.

b) Discriminação completa dos bens e serviços ofertados, conforme especificação e condições do Anexo I – Termo de Referência, devendo sempre que possível, trazer as mesmas expressões, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

c) Preço total do serviço (algarismo), devendo ser cotado em R\$ (reais) e com até duas casas decimais (R\$ 0,00), bem como valor total da proposta em algarismos e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores constantes em algarismos e por extenso, considerar-se-á o valor por extenso.

5.6.1 É de conhecimento de todos os licitantes que no preço proposto acima estão inclusos todos os custos para a prestação de serviços objeto desta licitação.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

5.6.2 A Secretaria requisitante não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.

5.6.3 A validade da proposta de preços apresentada deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da realização desta licitação; na falta de tal informação, será considerado o prazo citado neste item.

5.6.4 Ficam vedadas a cessão, transferência, ou subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, pela licitante vencedora a outra empresa.

5.6.5 Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta. Caso apresente mais de uma, o presidente da comissão de licitação considerará aquela mais vantajosa para a Administração Pública.

CAPÍTULO VI – JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 AVALIAÇÃO TÉCNICA

6.1.1 Na avaliação da proposta técnica, serão consideradas especialmente a experiência da empresa a ser contratada. A análise e a avaliação das Propostas Técnicas terão como objetivo classificar os concorrentes, na ordem decrescente de suas pontuações, visando à abertura da Proposta de Preço e posteriormente o cálculo do valor da Avaliação Final – AF.

6.1.2 As propostas técnicas serão devidamente avaliadas entre si, atribuindo-se a cada uma delas uma Nota Técnica (NT), e para esta, um Índice Técnico (IT) correspondente, calculado em função da maior Nota Técnica seguindo-se critérios a seguir definidos:

6.1.3 CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO

QUESITOS	PONTUAÇÃO
NT1 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Máximo de 60
Experiência na prestação de serviços com estudos e projetos de viabilidade técnica e econômica em estacionamentos rotativos, 10 pontos por ano. (máximo de 60 pontos)	Máximo de 60
NT2 – CURRÍCULO PROFISSIONAL	Máximo de 40
Para cada profissional com formação Superior em áreas de Mobilidade Urbana ou equiparado 10 pontos (no máximo 20 pontos)	Máximo de 20
Cada certificado de curso na área de mobilidade urbana 5 pontos cada. (máximo 20 pontos)	20 pontos
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS	100 pontos

6.1.4 A comprovação da experiência profissional deverá ser realizada através de atestados de capacidade técnica com exposição detalhadas das atividades, contratos de prestação de serviço com objeto(s) idêntico(s) ou equivalentes as desta licitação, com a descrição das atividades desenvolvidas, ou ainda, outros documentos que se apresentem aptos a comprovar a exigência requerida.

6.1.5 Todos os documentos comprobatórios acima listados devem conter o período de execução dos serviços, para fins de aceitabilidade. Os



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

documentos que não apresentarem o prazo da prestação de serviços não terão sua respectiva pontuação contabilizada.

6.1.6 Não serão computadas para pontuação da experiência profissional na função de técnico e/ou administrador em consultoria técnica especializada, as frações de ano, assim entendidas a soma dos meses inferiores a 01 ano.

6.1.7 Para fazer jus a pontuação referente à consultoria técnica especializada, será admitida a soma dos meses avulsos das prestações de serviços, afim de atingir o período de 12 meses de trabalho requerido.

6.1.8 A documentação apresentada para comprovação da experiência profissional deverá conter a identificação legível do responsável pela emissão e assinatura do referido documento, bem como a identificação do CPF, da matrícula (no caso de servidor público) e do órgão/empresa para qual trabalha.

6.1.9 A Nota para Qualificação Técnica (NQT) é, por definição, o número de pontos atribuídos a uma proposta técnica por seu valor conceitual.

6.1.10 A cada informação não apresentada, requerida em cada um dos tópicos que compõem os critérios de pontuação, não serão atribuídos pontos. A apresentação completa de cada um desses tópicos importará na totalidade dos pontos, e a omissão importará em zero ponto.

6.1.11 **NOTA TÉCNICA (NT) = NT1 + NT2, onde: NT = Nota Técnica;**

NT1= Pontuação da Experiência da Licitante;

NT2= Pontuação do Currículo do profissional;

ÍNDICE TÉCNICO = (NT/MNT), onde:

IT= Índice Técnico;

NT= Nota Técnica da Proposta em Análise;

MNT= 100.

6.1.12 Serão consideradas desclassificadas as licitantes que:

a) Não alcançarem a pontuação mínima de 60% (sessenta por cento) na Nota Técnica (NT).

b) Obtiverem menos de 50% (cinquenta por cento) dos pontos NT1.

6.1.13 A comissão Técnica de julgamento examinará, julgará e classificará os documentos contidos nos envelopes nº 02 e elaborará relatório do julgamento técnico contendo suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, os detalhes ou os incidentes ocorridos e as providências tomadas para homologação.

6.2 AVALIAÇÃO DE PREÇO

6.2.1 As Propostas de Preços serão avaliadas e valorizadas com a diferença de 02 (dois) pontos da seguinte forma:

a) Proposta (s) de menor preço = 100 pontos;

b) Proposta (s) com segundo menor preço = 98 pontos;

c) Proposta (s) com terceiro menor preço = 96 pontos;

E assim sucessivamente observando o mesmo critério lógico racional decrescente.

6.2.2 O Índice de Preço = IP das propostas, que será utilizado na avaliação final para critério de classificação das licitantes, será obtido mediante a pontuação da proposta de preço dividido por 100.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

ÍNDICE DE PREÇO (IP) = (PPA/MNT)

Onde: IP = Índice de preço;

PPA = Pontos da proposta em Análise;

MNT = 100.

6.3 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO FINAL

6.3.1 A comissão de Licitação fará a classificação final das concorrentes de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas Técnicas e de Preços, de conformidade com o resultado da Avaliação Final – AF, considerando a fórmula a seguir estabelecida.

AVALIAÇÃO FINAL: $AF = (IT \times FPT) + (IP \times FPP)$, onde: AF = Avaliação Final;

IT = Índice Técnica;

IP = índice de Preço;

FPT = Fator de Ponderação de Técnica;

FPP = Fator de Ponderação de Preço;

6.3.1.2 Fica estabelecido que o Fator de Ponderação de Técnica – FPT, será 6,0 (seis) e o Fator de Ponderação de Preço (FPP), será 4,0 (quatro).

6.3.2 Será considerada vencedora, a licitante que apresentar o maior valor de Avaliação Final (AF), calculado pela fórmula do item 7.3.1.

6.3.3 Em caso de empate no valor da Avaliação Final (AF), a Comissão de Licitação deverá convocar as empatadas e promover o sorteio em ato público para definir o vencedor da licitação.

6.3.4 Os valores numéricos referentes ao Índice Técnico (IT), Índice de Preço (IP) e Avaliação Final (AF), serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

6.3.5 Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atendam as condições exigidas pelo presente Edital e no Anexo I Termo de Referência;

b) O Preço Unitário seja simbólico, irrisório ou de valor zero, considerando-se assim, aqueles incompatíveis com os insumos de produção de serviço adquirido.

c) Estejam incompletas, ou em desacordo com o estabelecido no Edital.

d) Contenham emendas, borrões, ressalvas, rasuras ou entrelinhas;

e) Apresentarem prazos diferentes dos permitidos no Edital.

Nota: Havendo divergência entre os valores registrados sob a forma numérica e os valores apresentados por extenso, prevalecerá este último.

d) Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de novas Propostas, escoriadas das causas desta desclassificação.

e) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nos preços dos demais licitantes.

Na eventual participação de única empresa na licitação, a mesma deverá ter no mínimo as seguintes pontuações nos itens da proposta técnica, referente à soma total de cada item, pela impossibilidade da aplicação da fórmula acima citada:



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

Experiência na prestação de serviços com estudos e projetos de viabilidade técnica e econômica em estacionamentos rotativos, 10 pontos por ano. (máximo de 60 pontos)	20 (vinte) pontos
Para cada profissional com formação Superior em áreas de Mobilidade Urbana ou equiparado 10 pontos (no máximo 20 pontos)	10 (dez) pontos
Cada certificado de curso na área de mobilidade urbana 5 pontos cada. (máximo 20 pontos)	10 (dez) pontos

CAPÍTULO VII – DAS PENALIDADES

7.1 Quando comprovados que materiais, equipamentos e serviços fornecidos não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao Município de Medianeira/PR., o direito de exigir a sua substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

7.2 A Vencedora sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, mediante notificação e garantida prévia defesa, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal;

7.2.1 de 0,1% (um décimo por cento) da ata ou da parte não entregue por dia de atraso pelo descumprimento dos prazos de entrega dos materiais previstos no Edital, limitado aos primeiros quinze dias

7.2.2 de 2% (dois por cento) do valor da Ata por infração a qualquer condição estipulada nesta Ata, aplicada em dobro na reincidência;

7.3 A proponente que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal de Medianeira pelo infrator;

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.4 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

7.3 O Município de Medianeira/PR., para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

PROPONENTE adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

7.4 As penalidades previstas neste tópico serão aplicadas sem prejuízo das cominações estabelecidas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO

8.1 O prazo de pagamento será de até 15 dias contados a partir da apresentação do processo de faturamento, correspondente aos serviços e instalação realizados pela Contratada.

8.2 Fica estabelecido que a Contratada não faça apresentação para cobrança pela rede bancária.

8.3 Os pagamentos das notas fiscais serão efetuados por crédito na conta corrente da Contratada.

8.4 Fica também estabelecido que a Contratante não endosse e nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

CAPÍTULO IX – DO CONTRATO E PROCEDIMENTOS GERAIS

9.1 Contrato

9.1.1 A empresa vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinar ou retirar o contrato, contados a partir da data do recebimento da notificação, que será feita pela Prefeitura de Medianeira.

9.1.2 A recusa em assinar o contrato implica em imposição das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sendo considerado descumprimento total do contrato.

9.1.3 No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a manter as condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência do contrato.

9.1.4 A Contratada pode iniciar os serviços em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, não o fazendo estará sujeita às sanções cabíveis.

9.1.5 Quaisquer reparos de falhas ou reexecução dos serviços ou programas serão obrigatoriamente feitos pela Contratada sem nenhum ônus para a Prefeitura de Medianeira. Nesses casos, a Contratada ficará ainda sujeita às penalidades previstas pelo Contrato.

9.2 Extensão de Prazo e Alteração Contratual

O contrato poderá ser alterado de acordo com o disposto nos artigos 57 e 65 da Lei 8.666/93 e será firmado entre as partes Termo Aditivo de Extensão de Prazo Contratual ou com as devidas alterações com cláusulas que comportem as seguintes condições:

a) Anuência pela Contratada para aplicação das penalidades conforme previsto nas cláusulas contratuais,

b) Suspensão da concessão de novos índices de reajuste, sem prejuízo do pagamento dos reajustes cujo direito já tenha sido adquirido.

c) Renúncia pela Contratada da solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, despesas indiretas, lucros cessantes e de indenização de qualquer outra natureza em razão do prazo estendido cujo direito já tenha sido adquirido.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

9.3 Obrigações da empresa contratada:

9.3.1 Obedecer às normas e especificações na forma da Lei.

9.3.1.1 Comparecer, sempre que solicitada, à sede do Contratante, em horário por este definida, a fim de receber instruções e acertar providências, incidindo a Contratada, no caso de não atendimento, nas penalidades contratuais.

9.3.1.2 Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município, a seus contratados (servidores, etc.) ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

9.3.1.3 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados no objeto licitado.

9.3.1.5 Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução do objeto.

9.4 Obrigações da contratante:

9.4.1 Acompanhar e fiscalizar por um representante da Secretaria de Obras a execução dos serviços e conseqüentemente liberar os pagamentos;

9.4.2 Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.

9.4.3 Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Edital.

9.5 Processo de Faturamento

9.5.1 O processo de faturamento realizar-se-á conforme segue, de modo a estabelecer condições que objetivam padronizar prazos, condições e forma de apresentação.

- Nota Fiscal;

A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) de serviços deverão especificar o número da licitação, período de execução, indicando a Secretaria/órgão atendido.

9.5.2 Quando da emissão da nota fiscal, a Contratada deverá destacar o valor do imposto, a título de Retenção para o município onde o serviço foi executado.

9.5.3 A Contratada deverá encontrar-se em situação regular com o FGTS e INSS, na data do efetivo pagamento, bem como inexistirem restrições junto ao CADIN (Cadastro de Informações de Créditos não Quitados), sob pena do não recebimento.

9.6 Pagamento

9.6.1 O prazo de pagamento será de até 15 dias contados a partir da apresentação do processo de faturamento, correspondente à entrega dos materiais, equipamentos e serviços realizados pela Contratada.

9.6.2 Fica estabelecido que a Contratada não faça apresentação para cobrança pela rede bancária.

9.6.3 Os pagamentos das notas fiscais serão efetuados por crédito na conta corrente da Contratada.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA **ESTADO DO PARANÁ**

9.6.4 Fica também estabelecido que o Contratante não endossará e nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

9.6.5 A execução objeto obedecerá à disponibilidade financeira por parte do concedente.

9.7 Adjudicação e Homologação

9.7.1 A adjudicação do objeto do presente Edital será feita ao licitante considerado vencedor, nos termos do relatório final elaborado pela Comissão de Licitação, após a necessária homologação por parte da autoridade competente.

9.7.2 Do objeto licitado será firmado Contrato formal entre o Município de Medianeira e a empresa vencedora da licitação.

9.7.3 Todo o gerenciamento do Contrato estará ao encargo do Agente Tomador.

9.7.4 O presente Edital com todos os seus anexos serão parte integrante do Contrato a ser firmado entre o Município de Medianeira e a empresa vencedora do Certame.

9.8 Rescisão

9.8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação vigente e nas normas do Município.

9.8.2 Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas na Lei Federal nº. 8.666/93. A rescisão poderá dar-se de forma unilateral, amigável ou judicial nos termos e condições previstas na Lei Federal nº. 8.666/93.

9.9 Serviços Complementares E Extras Contratuais

9.9.1 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no Contrato, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

9.9.2 Serviços extras contratuais que poderão surgir.

CAPÍTULO X – REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 Os preços propostos para a execução do objeto desta Licitação poderão ser reajustados, desde que observado o disposto na Lei 10.192 de 14/02/01, que estabelece:

§ 1º - "É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 01 (um) ano".

A aplicação do reajuste far-se-á a partir do 13º mês após a data limite para apresentação da proposta. Para obtenção do índice de reajuste será utilizado como termo inicial o mês da apresentação da proposta e como termo final o mesmo mês do ano subsequente, sendo utilizado o INPC do mês.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A Administração reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, sem que por este fato tenha que responder por qualquer indenização ou compensação, nos casos previstos em Lei, por razões



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, sem que isso caiba aos licitantes o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.2 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverá ser dirigido por escrito, no endereço constante no preâmbulo deste instrumento até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para reunião destinada ao recebimento dos Envelopes.

11.3 A resposta será dada em correspondência, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento do pedido de esclarecimento.

11.4 Não sendo feito até este prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas, não cabendo, portanto aos licitantes, direito a reclamações posteriores.

11.5 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

11.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

11.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Medianeira.

11.9 o afastamento da licitante desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

CAPÍTULO XII - FORO

12.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos pela Comissão de Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, da legislação, jurisprudência e doutrina, aplicáveis à espécie.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Medianeira/PR, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que sejam para serem dirimidas possíveis dúvidas e questões oriundas desta licitação.

Medianeira, 29 de junho de 2017.

Zoraia Salete Ratti
Presidente da CPL



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

MODELO DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017 - TÉCNICA E PREÇO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por seu representante legal abaixo assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para os devidos fins, que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que foram apresentados e pela compatibilidade dos programas propostos com os requisitos técnicos exigidos no Termo de Referência do edital no anexo I.

Por ser expressão da verdade, firmamos.

_____, _____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante legal e identificação da empresa)



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Tomada de Preços nº 05/2017**, instaurado pelo Município de Medianeira, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., em.....de.....de 2017

Nome e assinatura do responsável pela empresa



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS
MENORES**

Local, _____ de _____ de 2017.

À Comissão de Licitação

Referente ao edital de Tomada de Preços nº 05/2016.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

DECLARAÇÃO
NEPOTISMO

A empresa....., CNPJ/MF nº....., com sede à, por seu representante legal infra-assinado, declara, para fins cumprimento do disposto na *Súmula Vinculante 13/STF* de 21 de agosto de 2008 e no Acórdão TCE/PR nº 2745/2010, que:

Não possui em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público Municipal do ente licitante.

Possui em seu quadro societário componente, com o grau de parentesco e/ou vínculo por afinidade ou consanguinidade prescrito pela *Súmula Vinculante 13/STF*, em relação aos seguintes agentes públicos do ente licitante:

1. Nome: _____ Ente: _____

2. Nome: _____ Ente: _____

Nestes termos, assume total e integral responsabilidade pelas informações acima prestadas, estando ciente das implicações criminais, cíveis e administrativas que dela podem resultar, em especial ao que preceitua o art. 299 do Código Penal Brasileiro, DL 2.848/1940, conforme a seguir se apresenta:

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.”

Local....., ____/____/____

Representante legal



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.206.481/0001-58, com sede à Rua Argentina, 1546 – Centro, no Município de Medianeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Senhor Eduardo Baratto, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto 527/2015, portador da Carteira de Identidade nº 6.395.685-6-PR e CPF nº 973.763.299-00, designada simplesmente **Contratante**, e de outro lado, inscrita no CNPJ sob nº ..., estabelecida na cidade de, Estado do Paraná, na, nº ..., que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Sr.(a) ..., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..., CPF nº, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, tem por si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Medianeira, “ex-vi” do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, de conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais prevalecerão entre as contratantes em tudo quantos se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares e administrativas que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na elaboração de estudo e projeto de viabilidade técnica e econômica para a implantação do estacionamento rotativo denominado zona azul no Município de Medianeira conforme especificações que segue:

O estudo e projeto, devem contemplar os seguintes itens:

- a) Levantamento e definição da área de abrangência do estacionamento rotativo bem como definir a taxa de ocupação dos veículos em alta, média e baixa;
- b) Quantificar os números de vagas para cada tipo de veículo, bem como os especiais previstos na legislação em vigor;
- c) Verificar qual o modelo mais vantajoso para a exploração do serviço (parquímetro, cartão, aplicativo, etc);
- d) Apresentar estudo e sugestões do valor de repasse mensal ao poder concedente sobre o valor bruto arrecadado;
- e) Projeto de sinalização vertical e horizontal para funcionamento do sistema, incluindo quantificação, orçamento e especificações técnicas;
- f) Apresentar planilha de custos com aferição da tarifa, considerando as vagas, serviços e recursos envolvidos no sistema;
- g) Apresentar sugestões quanto aos horários de funcionamento do serviço;
- h) Análise de como tratar o estacionamento particular quando estiver dentro da Zona Azul;
- i) Estudo com indicação do perfil mais adequado de recursos humanos a serem utilizados com as melhores tecnologias, e forma de gestão mais recomendada para operacionalização do sistema;



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
ESTADO DO PARANÁ

- j) Determinação de vias com demanda de implantação imediata e futura, bem como a estimativa de vagas por via, a fim de verificar a viabilidade do valor da tarifa e da quantidade de aparelhos/recursos humanos necessários;
- k) Identificação de outras interferências na via como: ponto de ônibus, árvore, banca de jornal, telefone público, o número de vagas, preço e período de utilização dos estacionamentos próprios;
- l) Participação em audiências públicas com explanação do estudo.

§ 1º – ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES – A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos materiais de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, até a efetiva liquidação da despesa.

§ 2º – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que independentemente de transição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

a) Edital do Tomada de Preço nº 05/2017, de 29 de junho de 2017.

b) Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA em e homologado em

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VALIDADE – O prazo para a execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, e a vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR - O valor a ser pago será no total de R\$...

CLAUSULA QUARTA – PAGAMENTO - O valor a ser pago será á vista, mediante apresentação por parte da mesma da Nota Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Finanças.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATANTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS - Os recursos para atender as despesas, são oriundos dos Recursos nas dotações orçamentárias, rubricas:

11.04.15.451.0027.2.096-3.3.90.39.99 – FR 000-3102

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – A CONTRATANTE obriga-se a facilitar à CONTRATADA o acesso às dependências onde serão ministrados os cursos, fazer o pagamento pelos mesmos, bem como a prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA se compromete a:

01. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração.

02. Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, sendo produtos de primeira qualidade de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou do Edital e seus anexos.

03. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, produtos de má qualidade, resultantes da entrega ou fabricação, prazo de validade vencido ou inferior a 03 (três) meses, salvo casos fortuitos e de força maior.



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA ESTADO DO PARANÁ

04. Arcar com todos os ônus necessários á completa execução dos serviços
05. Realizar os cursos, palestras e treinamentos conforme o Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO E PENALIDADES - O presente Contrato fica vinculado ao Código Civil Brasileiro e as Leis 10.520/02 e 8.666/936 e suas alterações.

CLAUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO – A fiscalização será efetuada pelo responsável da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

§ único – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA - Cabe a CONTRATADA atender a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes prepostos.

CLAUSULA DÉCIMA – SANÇÕES – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento e não veracidade de informações, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar á CONTRATADA, segundo a extensão da falta, as sanções previstas no artigo 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Fica ainda sujeita ás sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da referida Lei, a critério da Administração, caso se verificar a prática dos ilícitos no artigo 88 do mesmo diploma legal, garantido prévia defesa.

I – Advertência;

II – Multa(s), que deverá(ão) ser recolhida(s) em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais , por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela Administração:

- a) de 0,1%(um décimo por cento) do valor do contrato ou da parte não entregue por dia de atraso pelo descumprimento dos prazos de entrega dos materiais previstos no Edital, limitado aos primeiros quinze dias;
- b) de 2%(dois por cento) do valor do Contrato por infração a qualquer condição estipulada neste Contrato, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Medianeira, por prazo de até 05 (cinco) anos, de conformidade com o artigo 7º da lei 10.520/02;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base do inciso anterior.

§ 1º – Poderá ainda ser aplicada a multa compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato ou parte correspondente á parcela que estiver em inadimplemento.

§ 2º – As multas acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, e serão calculadas sobre o valor da Nota de Empenho ou da parcela que estiver em inadimplemento.

§ 3º – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta da Prefeitura Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração descontar seu valor da Nota Fiscal ou



MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA **ESTADO DO PARANÁ**

Documento de Cobrança, por ocasião do seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.

§ 4º – RECURSOS – Do ato que aplicar a sanção caberá recurso ao Município de Medianeira, no que couber previsto no art. 109 da lei nº 8.666/93.

§ 5º – OUTRAS PENALIDADES – Em função da natureza da infração, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penas de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou propor a autoridade superior, a sanção de declaração de inidoneidade com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VALIDADE E EFICÁCIA – O presente Contrato só terá validade e eficácia depois de aprovado pela autoridade competente e publicado, seu extrato no Diário Oficial do Município, de conformidade com o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

§ único – PUBLICAÇÃO – Incumbirá á CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no Diário Oficial do Município, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, a expensas da CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da lei 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO - Para a solução de pendências oriundas deste instrumento contratual, não resolvidas pela via administrativa, elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, com renúncia de outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, de acordo com o artigo 60, da Lei nº 8.666/93, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo nomeadas, dele extraindo-se as cópias necessárias para sua aprovação e execução.

Medianeira, 29 de junho de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA